

BIO DIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio - Edição 06 | Ano 01 | Outubro de 2018

BRASIL GANHA REDE DE TRILHAS DE LONGO CURSO

PICO DA NEBLINA INTEGRAL
PLANEJAMENTO COM TERRAS INDÍGENAS

PESCA É REGULAMENTADA EM NOVAS
ÁREAS MARINHAS

PARQUES NACIONAIS DO PAU-BRASIL E
DA CHAPADA DOS VEADEIROS TERÃO
SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

Biomas Brasileiros CERRADO



Foto: Cecílio Pinheiro



Foto: Marcelo Scaranari



Foto: Nello Rosa Cruz



Foto: Ion Davi



Foto: Marcelo Scaranari



Foto: Jomayvy



Foto: Ariguel Van Behn



Foto: Acervo Parque Nacional de Brasília

PARQUES NACIONAIS DO PAU-BRASIL E DA CHAPADA DOS VEADEIROS TERÃO SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

O ICMBio divulgou no último dia 3 de outubro que a Hope Recursos Humanos S/A foi a vencedora da licitação para contratação de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no Parque Nacional do Pau Brasil (BA). A empresa, que é do Espírito Santo, já tem contrato com o ICMBio no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).

A empresa deve operar nos serviços de cobrança de ingressos, transporte interno, estacionamento de veículos, lanchonetes, loja de conveniência, espaço do ciclista, centro de visitantes, espaço de campismo, tirolesa e passarelas suspensas. Os serviços poderão ser explorados por 15 anos. Nesse período, a empresa terá que fazer investimentos estimados em R\$ 7,2 milhões para melhoria

da infraestrutura de apoio aos visitantes no parque. Além disso, o edital prevê um repasse de R\$ 6,7 milhões para o ICMBio no período do contrato.

O ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, ressalta que vem aumentando o número de visitantes nos parques nacionais, que hoje é superior a 10 milhões por ano, e que o governo federal tem ampliado o número de unidades de conservação (UCs) no país. “Nosso patrimônio natural é valioso. Por isso, precisamos trazer oportunidades de visitação e de trabalho e renda para as comunidades”, ressaltou.

Segundo o presidente do ICMBio, Paulo Carneiro, as concessões são fundamentais para os parques terem infraestrutura necessária à visitação, estimulando também a economia local. “Este é o primeiro processo

de concessão de serviços de uso público em parques depois da aprovação da nova lei, possibilitando ao Instituto oferecer melhores serviços aos visitantes”, ressalta Carneiro, citando a Lei nº 13.668/2018, que aprimorou a legislação para concessão de serviços de apoio ao uso público nas UCs.

CONTRIBUIÇÕES PARA A ECONOMIA

O ICMBio recebeu, em 2017, mais de 10,7 milhões de visitas nas UCs, número superior a 2016, quando foram recebidas 8,2 milhões. Um estudo realizado pelo Instituto aponta que os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios de acesso às unidades. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de aproximadamente 80 mil empregos, R\$ 2,2 bilhões em renda, R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 8,6 bilhões em vendas. A análise mostrou, ainda, que cada real investido no ICMBio produziu R\$ 7 em benefícios econômicos para o Brasil

CHAPADA DOS VEADEIROS

No dia 19 de outubro, o ministro do Meio Ambiente anunciou o edital de concessão dos serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). “Nós estamos fazendo concessões de serviços daquilo que não é próprio de governo. O contrato é para garantir a excelência do serviço e um turismo qualificado, baseado na busca por espaços naturais, que é o que mais cresce no mundo”, afirmou Edson Duarte.

O presidente do ICMBio, por sua vez, ressaltou que esse é o segundo parque que passa pelo processo de concessão de serviços de uso público após a aprovação da nova lei. “Esperamos até o final do ano lançar mais cinco editais para contratação de serviços de apoio à visitação”, afirmou Carneiro.

Os serviços que serão licitados incluem a operação de controle de acesso ao parque, recepção de visitantes, venda de ingressos, alimentação, loja de conveniência, espaço de

campismo das Sete Quedas e transporte interno. Caberá à empresa contratada a realização de investimentos estimados em mais R\$ R\$ 2.258.000 para a melhoria da infraestrutura de apoio aos visitantes, além da obrigação de efetuar manutenção e limpeza das estruturas; instalação e manutenção de uma exposição no Centro de Visitantes; adequação das vias de acesso internas; implementação de galpão rústico e de banheiro seco no espaço de campismo das Sete Quedas; reforma do alojamento de pesquisadores, brigadistas e voluntários; implementação e manutenção do plano de gestão de segurança; e instalação de banheiro no atrativo das Corredeiras.

Os Parques Nacionais da Serra dos Órgãos, da Tijuca, de Fernando de Noronha e do Iguaçu já contam com serviços concessionados, sendo os mais visitados e com aprovação alta no que diz respeito à qualidade dos serviços ofertados aos visitantes. Ainda estão no cronograma os editais dos Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses (MA), do Itatiaia (RJ), do Caparaó (MG) e da Serra da Bodoquena (MS). Todo esse processo faz parte do Programa de Concessão de Serviços à Visitação nas Unidades de Conservação Federais, que o ICMBio vem há dois anos modelando com a elaboração de estudos técnicos e realização de consultas públicas.

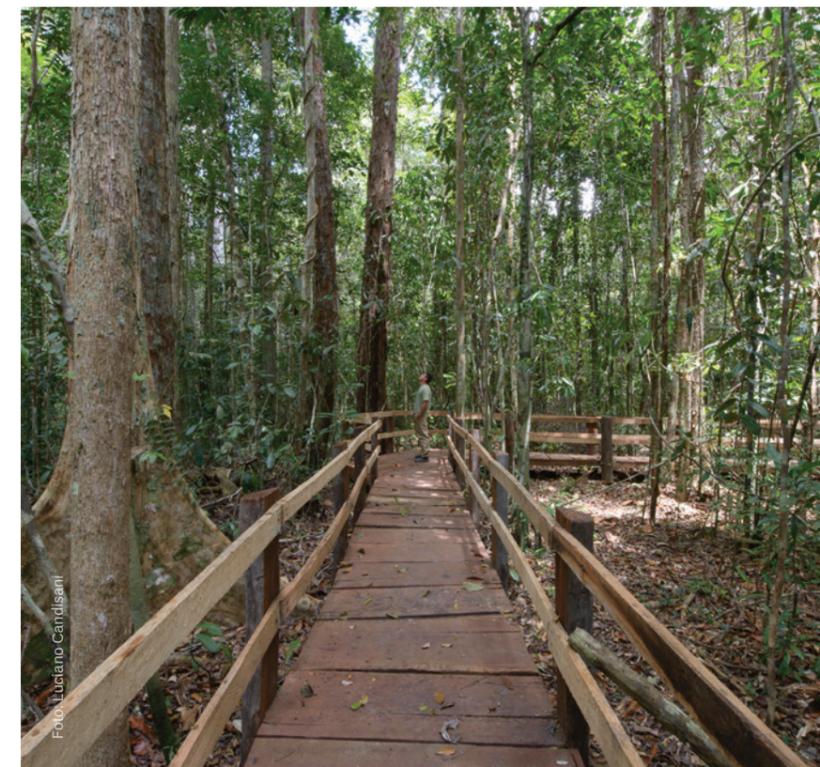
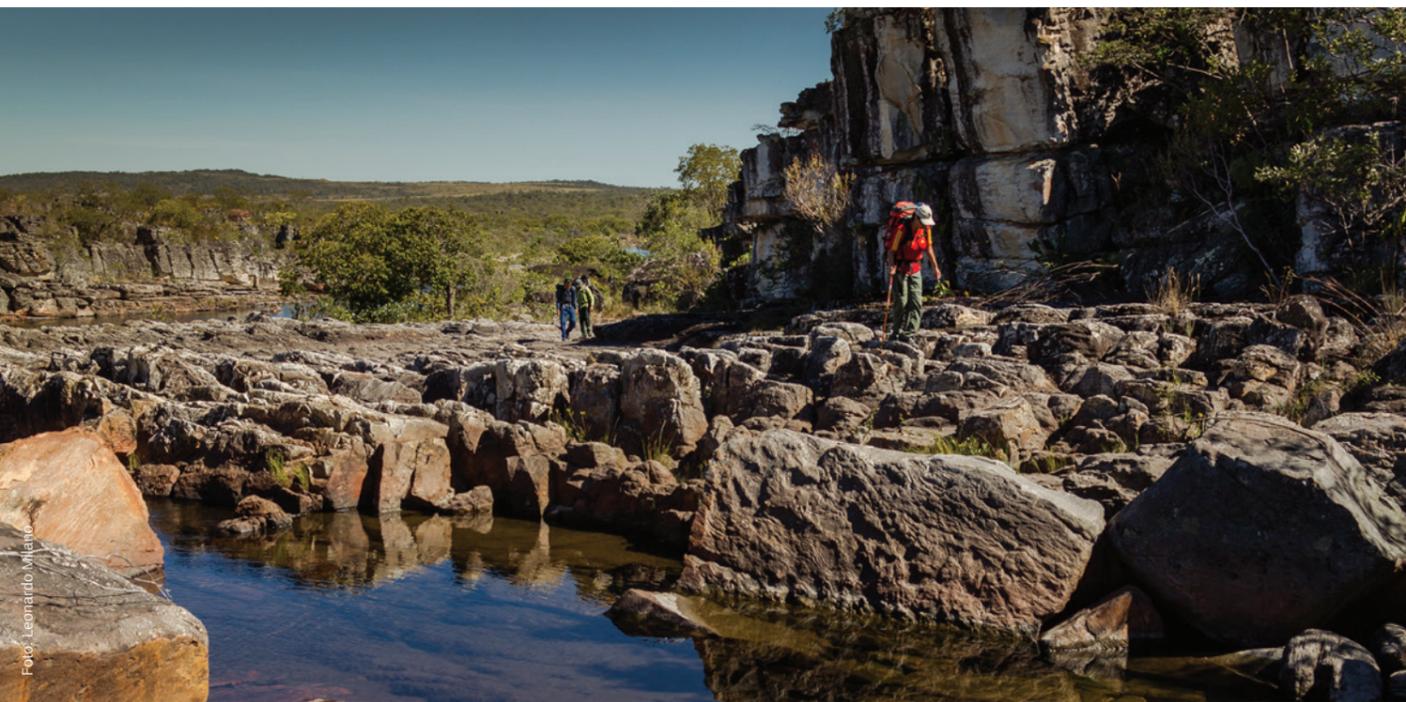




Foto: Duda Menegassi

BRASIL GANHA REDE DE TRILHAS DE LONGO CURSO

Os ministros do Meio Ambiente, Edson Duarte, o do Turismo, Vinicius Lummertz, juntamente com o presidente do ICMBio, Paulo Henrique Carneiro, assinaram no dia 19 de outubro, em São Paulo, a portaria que institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade. O ato marcou a abertura da 19ª Adventure Sports Fair, considerado o principal evento latino-americano dedicado ao mercado de turismo de aventura e esportes do ar livre.

A “RedeTrilhas” será composta por trilhas que ligam diferentes biomas de Norte a Sul do país, conectando paisagens e ecossistemas brasileiros para promover a organização, estruturação e ampla visibilidade à oferta turística de natureza no Brasil. Elas serão identificadas com o símbolo de uma pegada no chão e poderão ser percorridas a pé, de bi-

cicleta ou utilizando outros modos de viagem não motorizados. A medida tem o objetivo de reconhecer e proteger rotas de interesse natural, histórico e cultural, além de sensibilizar a sociedade para a importância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

“Mais de 60% dos visitantes de unidades de conservação (UCs) utilizam as trilhas como principal meio de recreação, seja para alcançar uma cachoeira ou um mirante, seja como um atrativo em si, quando o próprio passeio na trilha é o objetivo da visita”, ressalta o presidente do ICMBio.

O sistema de trilhas prevê quatro grandes corredores naturais sinalizados com uma pegada amarela sobre uma base preta, indicando o sentido a ser percorrido. Pelo menos 1.900 quilômetros já estão prontos. A meta é

estruturar 18 mil quilômetros em 20 anos, com estimativa de atrair 2 milhões de pessoas por ano.

“O ecoturismo representa uma das maiores oportunidades que temos de nos posicionar no cenário internacional para atrair turistas e divisas para o Brasil. Diversos países, como os Estados Unidos, servem de exemplo de como usar de forma sustentável os atrativos naturais para movimentar a economia”, comentou o ministro do Turismo, Vinicius Lummertz. De acordo com o estudo de competitividade do turismo do Fórum Econômico Mundial, o Brasil é o número um do mundo em atrativos naturais.

CIRCUITOS

Os circuitos da “RedeTrilhas” são o Litorâneo, do Oiapoque (AP) ao Chuí (RS); o Caminhos Coloniais, do Rio de Janeiro até Goiás Velho (GO); o Caminhos dos Goyases, entre Goiás Velho e a Chapada dos Veadeiros (GO); e o Caminhos do Peabiru, ligando o Parque Nacional do Iguaçu (PR) ao litoral paranaense.

Entre as trilhas já sinalizadas, estão o Caminho da Serra do Mar (RJ), a Transcarioca (RJ), a Transespinhaço (MG), a Rota Darwin (RJ-PE) e o Caminho das Araucárias (RS/SC), que integram o corredor Litorâneo; o Caminho de Cora Coralina (GO) e o Caminho da Floresta Nacional de Brasília, que fazem parte do circuito Caminhos dos Goyases; a Trilha Chico Mendes (AC); e a Transmantequeira (RJ, MG e SP), que estão sendo percorridas pelos primeiros grupos de aventureiros e exploradores.

SISTEMA BRASILEIRO DE TRILHAS

O sistema brasileiro de trilhas de longo curso foi inspirado nas experiências internacionais, em especial no sistema europeu. É formado por grandes trilhas nacionais compostas por trilhas regionais menores, uma acabando onde começa a outra. Assim, cada uma pode ser percorrida em espaços de tempo variados, encaixando-se em diferentes períodos de férias – uma semana, duas semanas ou até um

mês. “Isso permite ao ecoturista voltar para casa com a sensação de ter atingido o objetivo de completar a totalidade de uma trilha”, ressalta o coordenador-geral de Uso Público e Negócios do ICMBio, Pedro Menezes.

A Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso integra o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O programa reúne um conjunto de ações que buscam promover a interligação de ecossistemas e a gestão das paisagens no território brasileiro, estimulando a conservação da natureza e o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

MANUAL DE SINALIZAÇÃO

Em 2018, o ICMBio elaborou um Manual de Trilhas, que apresenta os tipos de sinalização (de entrada, percurso, destino, distância percorrida, educativa, etc), instruções para sinalização (simbologia, percursos sobre o mesmo leito, trilhas de uso múltiplo, técnicas para aplicação da sinalização) e conceitos básicos de planejamento de trilhas.

A proposta é que a sinalização seja realizada de forma simples e com baixo custo, sendo acessível a qualquer unidade. “O manual será a base para as UCs federais, mas poderá ser utilizado por unidades estaduais e municipais que tiverem interesse e também em trilhas que não estejam localizadas em áreas protegidas”, conclui Pedro Menezes.



Foto: Leonardo Candido

PICO DA NEBLINA INTEGRA PLANEJAMENTO COM TERRAS INDÍGENAS

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Pico da Neblina (AM), que se encontra em processo de elaboração, traz aspectos importantes de inovação ao estabelecer sua integração com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das quatro Terras Indígenas sobrepostas e justapostas com os limites da unidade de conservação (UC). Inserido em um dos maiores contínuos de áreas protegidas da Amazônia e do mundo, em território recentemente reconhecido como Sítio Ramsar de Áreas Úmidas, o parque está reescrevendo seu propósito de criação ao fortalecer a proteção de paisagens mais amplas e a governança das Terras Indígenas da Bacia do Rio Negro.

Logo após a realização da oficina de planejamento participativo que definiu as prioridades de gestão territorial para o parque (evento promovido entre os dias 17 e 21 de setembro), uma equipe de servidores do ICMBio – composta pela gestora da UC, Luciana Uehara; seu antecessor, Flávio Bocarde (Cepam); Carlos Felipe Abirached (APA de Cairuçu); e Lara Vasco (CNPT) – acompanhou a V Assembleia da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). A assembleia avançou na validação das propostas para os PGTAs das Terras Indígenas Cué-Cué Marabitanas e Balaio.

Durante o encontro, realizado de 26 a 29 de setembro na comunidade indígena de Juruti, representantes indígenas de 11 etnias – organizadas em nove associações – apontaram a proteção territorial e

a geração de renda como suas principais demandas, coincidindo com as prioridades indicadas na oficina de planejamento participativo.

Luciana Uehara ressalta que a governança para a implementação do Plano de Manejo implica assegurar a participação do ICMBio nos fóruns de organização, debate e decisão das comunidades indígenas, articulada com o protagonismo do Conselho Gestor do parque. Nesse sentido, além da parceria com a Funai em São Gabriel da Cachoeira (AM), a gestão do Parque Nacional do Pico da Neblina vem articulando com a FOIRN e o Instituto Socioambiental (ISA) a integração dos documentos de planejamento territorial e ambiental das áreas protegidas envolvidas.



Foto: Arquivo Parque Nacional do Pico da Neblina



Foto: Arquivo Parque Nacional do Pico da Neblina



RECONHECIMENTO

Este processo é o primeiro a concretizar a articulação da Lei do Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). De acordo com a avaliação da equipe de servidores que apoiam a elaboração do Plano de Manejo, o documento apresenta enorme potencial de tornar-se referência para dezenas de casos de sobreposição territorial no país. As experiências de gestão integrada implementadas pela UC foram reconhecidas em duas edições do Seminário de Boas Práticas do ICMBio (2016 e 2017) e em setembro de 2018, pela IUCN, no Seminário Boas Práticas de Gestão Integrada de Áreas Protegidas no Bioma Amazônico, realizado no Peru.

PLANO YARIPO

Outro exemplo dessa integração é o Plano Yaripo, que organiza a visita ao Pico da Neblina e é protagonizado pelo povo Yanomami em parceria com a gestão da unidade, a Funai, a FOIRN e o ISA. O documento foi aprovado pelo ICMBio e simbolizou a superação de diversos conflitos, criando condições favoráveis de diálogo e adesão das outras 13 etnias na elaboração participativa do Plano de Manejo do parque.

O próximo passo é pactuar com as representações dos povos das Terras Indígenas envolvidas as ações integradas do Plano de Manejo da UC com seus PGTAs. Temas relacionados à valorização do amplo conhecimento tradicional sobre o território e a biodiversidade, à proteção dos lugares sagrados e ao turismo de base comunitária foram destacados como prioridades pelos povos indígenas na assembleia realizada pela FOIRN. O intuito é fortalecer as possibilidades de constituição de uma aliança institucional estratégica para a conservação ambiental e cultural de paisagens mais amplas neste vasto território transfronteiriço.

PESCA É REGULAMENTADA EM NOVAS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

O ICMBio e a Marinha do Brasil publicaram, em ato conjunto, duas portarias com o objetivo de disciplinar a pesca nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e de São Pedro e São Paulo. Essas unidades de conservação (UCs) foram criadas em março de 2018 juntamente com mais duas áreas protegidas: os Monumentos Naturais (Monas) das Ilhas de Trindade, Martim Vaz e Monte Columbia e do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Juntas, essas quatro áreas protegidas correspondem a quase 1/4 das águas jurisdicionais brasileiras.

As APAs são unidades de uso sustentável, o que significa que os recursos naturais ali protegidos podem ser usados de forma direta desde que garantida a sua sustentabilidade. Nos decretos que criaram as duas APAs está previsto que o ICMBio e a Marinha do Brasil devem estabelecer as regras para uso do recurso pesqueiro. Assim, no dia 18 de setembro, foram publicadas as portarias conjuntas 2 e 3, com esse propósito.

As regulamentações estabelecem que a pesca nas duas APAs só poderá ser realizada por embarcações devidamente autorizadas, conforme permissão definida pela Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10/2011, apenas nas modalidades de espinhel horizontal de superfície, linha de mão de superfície e corrico. Além da devida autorização, a embarcação, independentemente do seu tamanho, deve portar equipamento de rastreamento por satélite instalado de acordo com o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras (PREPS), que possibilita aos gestores o monitoramento da atividade pesqueira nas APAs.

A portaria proíbe a retenção, o transporte

e a comercialização de espécies ameaçadas de extinção definidas em lista nacional. Caso ocorra a captura dessas espécies, é obrigatória sua devolução ao mar, vivas ou mortas. Além desses critérios, na Portaria nº 3, que disciplina a pesca na APA de São Pedro e São Paulo, há disposições especiais a respeito da zona de sobreposição à APA de Fernando de Noronha. Entre outras regras, ficou definido que, nesta área de 8.350 hectares, a pesca submarina só é permitida como metodologia de coleta e captura em atividades de pesquisa, devidamente autorizada pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio).

A chefe das APAs, Rossana Santana, destaca a importância do disciplinamento da atividade de pesca nessas grandes áreas protegidas: “Para além da conservação da biodiversidade, essas UCs devem ser vistas como ferramentas da gestão pesqueira, na medida que podem contribuir para a sustentabilidade e continuidade da atividade”, pontuou a gestora.

Além das portarias, que são um esforço em conjunto do ICMBio e da Marinha do Brasil para a implementação das UCs, é importante destacar o empenho da Marinha na gestão ambiental dos dois arquipélagos, incluindo o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (ProTrindade) e o Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ProArquipélago). Por meio deles, mantém estações científicas e provê apoio às pesquisas nas ilhas oceânicas que deram nome aos referidos programas, assegurando a conservação dos seus ecossistemas terrestres e marinhos.

As portarias estão disponíveis em:

<https://bit.ly/2RqS35Y>



Foto: Flavio Forner



Foto: Thainá Mello

ENTREVISTA COM ROSSANA SANTANA, CHEFE DOS NÚCLEOS DE GESTÃO INTEGRADA (NGIS) DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO E TRINDADE E MARTIM VAZ



Foto: Nana Brasil

Como funcionam os Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) do ICMBio? Como tem sido a experiência dos NGIs de Trindade e Martim Vaz e São Pedro e São Paulo?

Em março deste ano foram criadas as quatro unidades de conservação (UCs) que compõem os NGIs: Área de Proteção Ambiental (APA) do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e Monumento Natural do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (NGI de São Pedro e São Paulo); APA do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e Monumento Natural das Ilhas de Trindade e Martim Vaz e do Monte Columbia (NGI de Trindade e Martim Vaz). Na sequência, no mês de junho, foram instituídos os dois Núcleos de Gestão Integrada. O NGI é um modelo de gestão que o ICMBio criou com o objetivo de administrar UCs de

forma conjunta: em vez de enxergar cada unidade separadamente, a ideia é pensar no território. O NGI de Trindade e Martim Vaz, por exemplo, abarca duas UCs, a APA e o Monumento Natural. Apesar de serem unidades de categorias diferentes, o que impõe regras de uso distintas, o objetivo do NGI é ter um olhar sobre o território, facilitando o trabalho de gestão ambiental.

Quais são as principais características das unidades de conservação (UCs) reunidas nesses NGIs?

Os dois NGIs contemplam áreas gigantescas do bioma marinho-costeiro – juntos, somam 90 milhões de hectares –, o que representa um grande desafio para o ICMBio. A criação de grandes áreas marinhas é uma tendência no mundo inteiro, mas ainda não existe um modelo de gestão. Acredito que isso traz para o Instituto uma boa oportunidade de promover inovação nos nossos modelos e arranjos, permitindo o gerenciamento de territórios tão amplos. Nesse contexto, é importante ressaltar que o ICMBio protegia apenas 1% da área marinha antes da criação das quatro UCs, e agora passou a proteger 25%. Isso é um desafio pessoal, mas também institucional, porque coloca o Instituto em outro patamar no que diz respeito à conservação da biodiversidade marinha. As unidades estão localizadas no mar territorial e não pertencem a nenhum estado: embora a gestão seja nossa, a dominialidade desses territórios é da Marinha. No caso específico

das APAs, que são UCs que preveem o uso sustentável dos recursos naturais, o objetivo é que elas se tornem ferramentas da gestão pesqueira, garantindo a sustentabilidade da própria atividade de pesca.

O ICMBio vem realizando um esforço pela conservação do bioma marinho-costeiro. Qual a importância de proteger nossas áreas marinhas?

Nós protegemos bastante as nossas áreas terrestres, mas em relação às áreas marinhas, que contêm uma riqueza enorme (influenciando, inclusive, questões relativas às mudanças climáticas), ainda havia de fato uma grande defasagem. A criação das quatro UCs, promovendo um salto de 1% para 25% na proteção das águas jurisdicionais brasileiras, foi um fator importantíssimo nesse esforço de conservação da biodiversidade marinha. Com isso, o Brasil passou a cumprir metas assumidas em acordos internacionais, o que também é algo muito significativo.

No início deste mês de outubro, o ICMBio e a Marinha do Brasil publicaram duas portarias que tratam da regulamentação da pesca nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Trindade e Martim Vaz e de São Pedro e São Paulo. De que forma esses instrumentos devem contribuir para a gestão ambiental dessas UCs?

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a Marinha sempre esteve presente nesses territórios, tendo como missão a garantia da soberania nacional. O ICMBio chega agora com a missão de realizar a gestão ambiental, e a ideia é que as duas instituições trabalhem de forma conjunta. No que diz respeito ao disciplinamento da atividade pesqueira, esse é um aspecto que já estava previsto no decreto de criação das unidades (nós tínhamos 180 dias para publicar as portarias e

conseguimos cumprir esse desafio). As duas normativas* estabelecem regras específicas que visam à sustentabilidade da pesca, uma vez que o uso desordenado do recurso pode inviabilizar a atividade no futuro.

*As portarias estão disponíveis em

<https://bit.ly/2RqS35Y>

Como se dará a fiscalização na prática?

Nosso entendimento é de que precisaremos buscar a inovação, considerando o tamanho das áreas. Hoje já é feito um monitoramento através do PREPS (Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras), ferramenta que permite acompanhamento em tempo real. Estamos também em busca de novas tecnologias para avançar nos métodos de fiscalização, com vistas a monitorar possíveis problemas com embarcações internacionais. Atualmente, temos 32 embarcações autorizadas pelo mecanismo de permissionamento (lançado através da Instrução Normativa Interministerial 10/2011) e aquelas que não estiverem nessa lista serão consideradas irregulares. O momento agora é de diálogo com a indústria pesqueira e isso representa mais um desafio para o ICMBio, já que o nosso olhar, devido às características das UCs geridas pelo órgão, sempre esteve vinculado à perspectiva do uso tradicional. Agora, com os dois NGIs, precisamos pensar em disciplinar uma atividade de escala industrial.



#BOMBOU NAS REDES SOCIAIS

Siga o ICMBio nas redes sociais!

 youtube.com/canalicmbio

 @icmbio

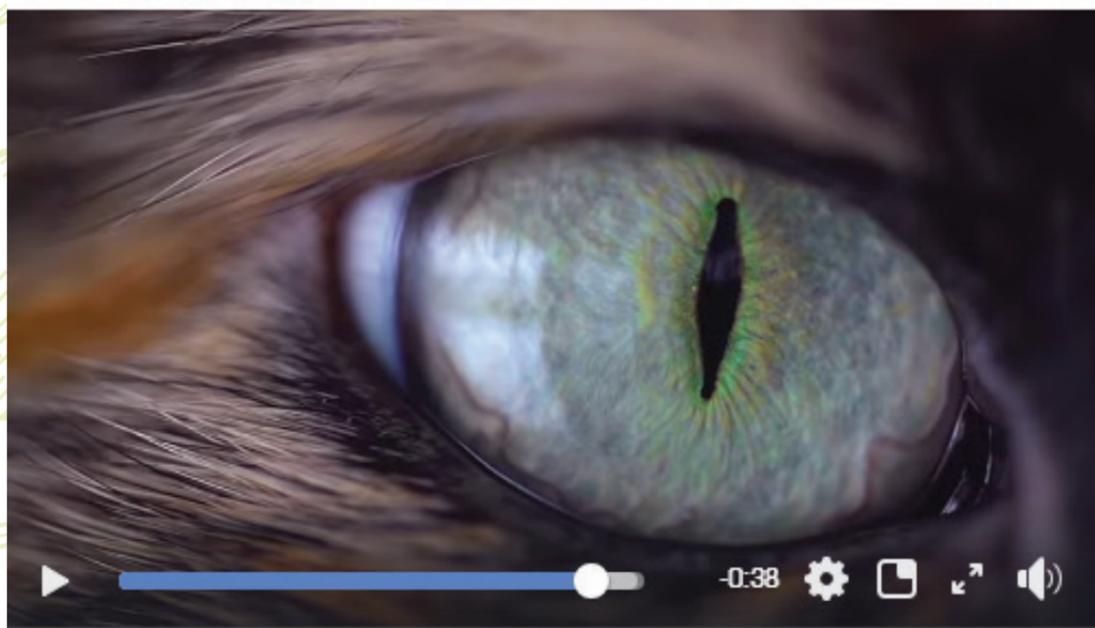
 **ICMBio**
Publicado por | - 17 de outubro às 17:51 · 

As unidades de conservação são um caldeirão de vida e é nelas que nossas vidas também pulsam! 

Usufruímos dos benefícios gerados pela natureza em tudo o que fazemos. É impossível negar que temos uma relação profunda e até emocional com o meio ambiente, e as áreas protegidas são nosso maior recurso para protegê-lo.

Confira o último vídeo da série "O valor das unidades de conservação para a sociedade brasileira", e desperte-se para o que torna as UCs tão especiais.

#UnidadesdeConservação #OndeaNossaVidaPulsa



323.647 **43.305**
Pessoas alcançadas **Envolvimentos**

 @icmbio



 **icmbio** · Seguir

icmbio Hoje é #DiadoNordestino!

Nossa homenagem especial é para a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), ave nativa e exclusiva da Caatinga do norte da Bahia, que é considerada extinta na natureza há mais de 15 anos.

Atualmente, existem em torno de 150 exemplares da espécie em cativeiros no Brasil e exterior. O Projeto Ararinha na Natureza une esforços do governo federal, estadual e parceiros, para reintroduzir a Ararinha nos próximos anos no seu habitat histórico, a região do Raso da Catarina.

O Projeto é parte do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha-azul (PAN Ararinha-azul), gerido pelo ICMBio.

3.946 curtidas
8 DE OUTUBRO

 @icmbio

ICMBio @ICMBio · 23 de out

O período de desova da tartaruga-cabeçuda já começou!  

Já há registros de ninhos colocados por fêmeas na Praia da Costa, em Vila Velha, e na Ilha do Boi, em Vitória.

Você sabia que também pode ajudar a minimizar riscos para os filhotes? Saiba como  bit.ly/2Sdusz.



BIODIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio

EDIÇÃO E REVISÃO

Nana Brasil

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Raposo

CHEFE DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Márcia Muchagata

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCOM

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1o andar

CEP: 70670-350 - Brasília/ DF Fone +55 (61) 2028-9280

ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



PARA RECEBER

esta revista mensalmente
envie nome completo e e-mail para
comunicacao@icmbio.gov.br

PARA DEIXAR DE RECEBER

esta revista
envie a solicitação para
comunicacao@icmbio.gov.br



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

